

Destaques desta edição:

- **Aprendizado via *joint ventures* e apoio governamental garantem rápida internacionalização das marcas chinesas de automóveis**
- **Em artigo para a *Dragonomics*, Daniel Rosen analisa as “desvantagens comparativas” da economia chinesa**
- **Nova política de recepção de investimento estrangeiro prioriza qualidade**

Curtas

- Banco da Indústria e Comércio da China realiza maior IPO da história
- China torna-se o maior fornecedor mundial de móveis
- Reservas internacionais alcançam US\$ 1 trilhão

Automóveis

Indústria automobilística chinesa internacionaliza-se com rapidez e chega à América do Sul

A estratégia do governo chinês na busca pela consolidação e disseminação das marcas nacionais de automóveis mostrou-se, em pouco tempo, bastante eficaz. Por meio da combinação, de um lado, do aprendizado rápido através de parcerias (*joint ventures*), e, de outro, do crédito facilitado, subsídios e outros incentivos governamentais, as marcas nacionais estão ganhando confiança dos consumidores locais, reduzindo as fatias de mercado das multinacionais e executando planos ambiciosos de internacionalização. Há, ainda, obstáculos relevantes a serem superados, especialmente no que diz respeito aos padrões de qualidade e segurança. Mas dado o histórico chinês de rápida absorção e desenvolvimento, especialistas acreditam que as defasagens começarão a ser superadas antes do final da década.

Em 2005, o mercado automotivo na China cresceu 19,3% e registrou recorde de produção de veículos leves, com 4,36 milhões de unidades. O resultado tornou a China o quarto maior produtor mundial de veículos. No mesmo período, o país respondeu por 8,7% do mercado mundial de automóveis, e sua contribuição para o crescimento total do setor foi de 23,2%, segundo estudo da PricewaterhouseCoopers. A previsão é de que, até o fim deste ano, a indústria automobilística chinesa chegue à segunda posição no ranking de produtores mundiais, atrás apenas dos Estados Unidos.

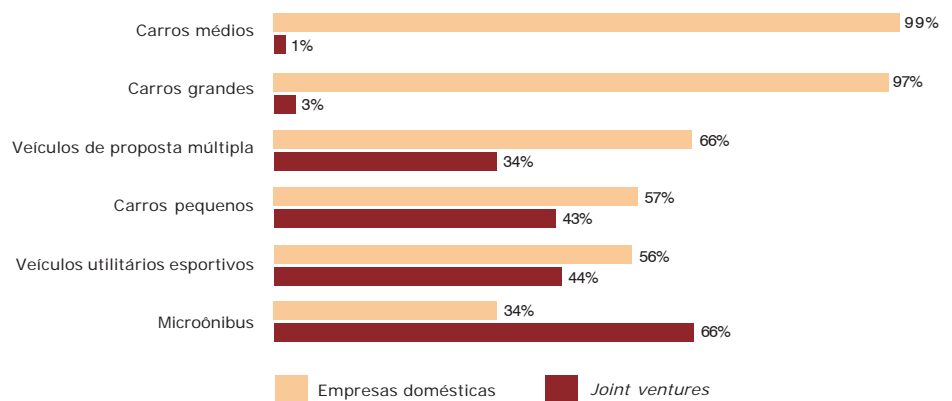
A elevação da renda média do cidadão chinês, proporcionada pelo rápido crescimento econômico, e o aumento da competitividade entre produtores são os principais motores das vendas internas. Mesmo com a ampliação do consumo, a produção automobilística excedeu em 2,2 mil unidades a demanda nacional em 2005. Para evitar acúmulo de estoque, produtores iniciaram uma intensa guerra de preços. A líder do mercado, Shanghai GM, uma *joint venture* entre a

estatal Shanghai Automotive Industry Corporation (SAIC) e a General Motors, reduziu seus preços em 11% em janeiro de 2006.

Parceria com estrangeiros – O mercado de automóveis na China é dominado por *joint ventures* entre fabricantes internacionais, como os grupos General Motors, Ford e Volkswagen, e empresas chinesas estatais e privadas. Tais parcerias mostraram-se fundamentais para os produtores locais que, carentes de tecnologia e *know-how*, têm conseguido aprimorar seu processo produtivo, inovar no design e sofisticar suas estratégias de marketing de maneira mais rápida. Analistas do setor acreditam que a estratégia de estabelecer parcerias com empresas reconhecidas eliminará etapas no processo de desenvolvimento de engenharias e design locais e, acima de tudo, acelerará a trajetória de internacionalização das marcas chinesas.

Apesar da predominante liderança das *joint ventures*, montadoras de capital inteiramente chinês, como Chery, Geely e Brilliance Auto, têm expandido suas vendas no mercado de veículos de passeios, segmento de maior receita do setor. O resultado é reflexo não só de preços mais baixos, como também do aumento da confiança do consumidor nas marcas locais. As montadoras de capital 100% chinês também têm buscado adquirir marcas reconhecidas internacionalmente, para assim reduzir a restrição dos consumidores estrangeiros. Esse foi o caso da compra da marca MG Rover pela Shanghai Automotive Industry Corporation (SAIC) por US\$ 21 milhões, em setembro de 2006. Anteriormente, a empresa já havia adquirido direito de uso do design dos modelos da Rover por US\$ 127 milhões.

Participação no mercado chinês por segmentos

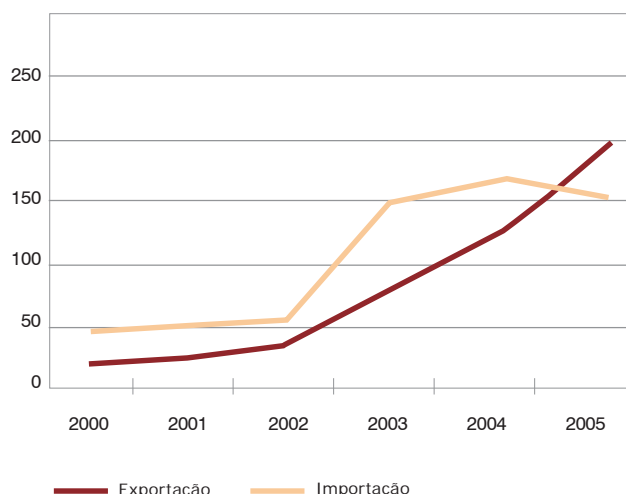


Fontes: PricewaterhouseCoopers e China Business Update

A fim de garantir os recursos necessários para a consolidação das marcas chinesas, o governo central tem facilitado o acesso ao crédito. O plano é que a indústria automobilística nacional cresça 40% ao ano entre 2005 e 2010. Recentemente, a SAIC e a Nanjing Automobile Corporation foram favorecidas pelos juros baixos de empréstimos governamentais na compra da inglesa MG Motors. A Geely também conseguiu empréstimos, de pagamento facilitado, no valor de US\$ 2,4 milhões para aumentar a sua produção em 200 mil veículos.

As exportações chinesas de automóveis iniciaram-se há dois anos. Em 2005, foram vendidas 173.639 unidades ao exterior, um aumento de 56% em relação a 2004. No mesmo período, as exportações chinesas de autopeças cresceram 52%, movimentando cerca de US\$ 8,5 bilhões. Também no ano passado, a Chery assinou contrato de exportação com a distribuidora de veículos norte-americana Visionary Vehicles. A empresa recebeu US\$ 250 milhões pela venda de 250 mil unidades. O embarque, inicialmente marcado para julho de 2007, foi adiado para meados de 2008. Entre os motivos para o adiamento, está o fato de a Geely ter capacidade produtiva anual de somente 350 mil unidades.

Mercado chinês de automóveis e suas peças (em US\$ milhões)



Fontes: PricewaterhouseCoopers, Auto Year Book of China e Auto Information website

Chegando à América do Sul – Em outubro, a China participou, pela primeira vez, do Salão do Automóvel de São Paulo, com a exposição de um modelo da Chery que custará, no mercado brasileiro, R\$ 5 mil a menos que o Fiat Uno, o carro mais barato vendido no Brasil. A empresa, que exporta para a Venezuela desde o ano passado, anunciou a instalação de fábrica para montagem em Montevideu, no Uruguai, e outra de autopeças em Buenos Aires, ambas em sociedade com o grupo argentino Macri. O investimento total será de US\$ 100 milhões. O QQ, compacto com motores de 800 a 1000 cilindradas, e o Tiggo, utilitário esportivo, são os dois veículos que serão produzidos na região.

A estimativa é de que os primeiros carros cheguem ao mercado brasileiro em 2007. Por conta da instalação da fábrica no Uruguai, os veículos estarão dentro do regime automotivo do Mercosul, o que os isenta da taxa de 35% cobrada de veículos produzidos fora da região. A fábrica terá capacidade para produzir 25 mil veículos por ano durante os primeiros três anos de operação.

Em resposta à expansão da indústria automobilística chinesa, montadoras brasileiras e a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) anunciaram que está em fase de preparação uma “agenda de competitividade” a ser discutida com o governo brasileiro em 2007. De acordo com Rogério Golfarb, presidente da Anfavea, é preciso rever questões fiscais e logísticas para preparar o Brasil para novo patamar de concorrência.

Analistas do Economist Intelligence Unit acreditam que a ameaça da China em mercados onde há produtores maduros, como o caso brasileiro, será sentida no longo prazo, uma vez que a competitividade dos veículos chineses está, por enquanto, comprometida pela baixa qualidade e insegurança dos automóveis. A China tem o maior índice de acidentes por população e só começou a realizar testes de colisão frontal em 2004, ao passo que os testes laterais foram iniciados em julho de 2006. Desde então, vários modelos de minivans foram retirados de circulação.

Outro problema é o alto número de defeitos encontrados nos automóveis produzidos na China. A cada cem carros compactos produzidos em 2005, foram encontrados 454 defeitos, uma melhora de 11% em relação a 2004, e de 50% se comparado a 2000. Apesar do progresso, segundo estudo produzido pela JD Power and Associates, ainda há uma defasagem grande em relação aos mercados desenvolvidos. O número médio de defeitos em veículos produzidos na Europa ou nos Estados Unidos, por exemplo, é de 118 a cada cem carros.

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) publicou, em 9 de novembro, relatório referente às novas prioridades para ingresso de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China. O documento marca uma mudança retórica na política chinesa para atração desses investimentos, ao focar a qualidade ao invés da quantidade do investimento recebido. Contudo, não está claro em que medida o relatório poderá contribuir para tal mudança qualitativa.

Os investimentos nos setores de alto valor agregado e que incentivem atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) serão privilegiados, ao passo que a demanda indiscriminada dos governos provinciais por IEDs será desencorajada. O governo central deseja reduzir o peso dos investimentos em plantas de processamento de manufaturas de baixo valor voltadas para a exportação.

Mesmo com a publicação do relatório, é pouco provável que o aspecto quantitativo diminua ou perca importância na China continental. Segundo analistas ouvidos pelo Economist Intelligence Unit, há algumas razões para que o país continue a valorizar o volume de IED. A principal está no fato de não haver incompatibilidade entre o ingresso de investimentos em setores de alto valor agregado e a atração de recursos externos para setores de mão-de-obra intensiva e de menor dinamismo tecnológico, estes últimos essenciais na geração de emprego. Analistas prevêem que os IEDs fiquem próximos de US\$ 80 bilhões por ano nos próximos cinco anos.

Ainda que a política chinesa de ingresso de IED continue sendo permissiva, há indícios de que o governo central pode, ocasionalmente, retardar esforços estrangeiros para a compra de participações em empresas chinesas de setores considerados estratégicos. Em relação à indústria de serviços, por exemplo, a NDRC afirma que o país se abrirá de acordo com os termos previstos nos compromissos firmados na Organização Mundial do Comércio (OMC), mas que o fará de forma “prudente”.

Os investidores estrangeiros também deverão ter um desestímulo adicional ao ingressar no mercado chinês. Entre 2007 e 2008, o país passará por um processo de unificação de impostos, e muitos benefícios usufruídos por empresas de capital estrangeiro podem desaparecer com a reforma. Atualmente, tais empresas recolhem tributos que, em média, equivalem à metade dos recolhidos por empresas chinesas e, com a reforma, tal tratamento diferenciado deve ser eliminado.



Desvantagem comparativa: do que a China não é capaz

Daniel Rosen¹

A imagem difundida sobre China em grande parte do ocidente é hoje a de um gorila econômico voltado a dominar implacavelmente a selva da economia global. Essa visão é, em parte, baseada em uma percepção exagerada da importância econômica do país. A China tem quase um quarto da população da Terra, mas sua economia é algo um pouco maior do que da Califórnia, e responde por 5% da atividade econômica global, contra 30%, 28% e 10% de Europa, Estados Unidos e Japão, respectivamente. É verdade que, se a China mantiver a trajetória de crescimento, sua economia ultrapassará (graças à população) a norte-americana antes da metade do século. Mas, mesmo assim, o cidadão chinês médio será, em 2050, substancialmente mais pobre do que o norte-americano médio era em 2005.

¹ Diretor da firma de consultoria *China Strategic Advisory* e pesquisador visitante do *Institute for International Economics*

A linha de pensamento “século da China” é também muito alarmista em um aspecto ainda mais fundamental: celebra as vantagens comparativas chinesas e ignora completamente suas desvantagens. Todo país possui vantagens comparativas, e todo país possui suas correspondentes desvantagens. Mesmo sendo forte competidor em tudo, existe algo no qual se é menos competitivo e que deveria ser delegado a outros. É preciso pouco esforço para descobrir as desvantagens que comprimem a força competitiva chinesa. Identificar tais fragilidades fornece a pedra de roseta para empresas estrangeiras decifrarem oportunidades comerciais no país.

A lista de desvantagens comparativas é a mesma, pense você que a China manterá a atual trajetória de crescimento ou não. Eu presumo que o país continuará a crescer rapidamente, mas suas fraquezas persistirão e representam oportunidades estratégicas para firmas estrangeiras. Nesta análise, agrupo uma dúzia de desvantagens comparativas significativas sob o guarda-chuva de três idéias centrais. A lista não é completa. Individualmente, as fragilidades soam conhecidas e, tomadas em conjunto, constituem um desafio importante para o fortalecido mito da “China dominadora”.

I. Fatores de produção: excesso de mão-de-obra, desperdício de capital e lacuna na inovação

Primeiramente, considere desvantagens comparativas relativas a fatores de produção diretos ou indiretos: mão-de-obra, capital, tecnologia e meio ambiente. A abundância de mão-de-obra barata na China é corriqueiramente considerada uma vantagem, mas assim como várias economias sofrem da “maldição do petróleo” (dependência excessiva de uma única *commodity* em detrimento de outros setores), o país sofre da “maldição da mão-de-obra”.

Capital empregado por trabalhador	(US\$)
Reino Unido	122.900
Japão	105.400
Alemanha	87.000
França	83.900
Estados Unidos	76.300
Taiwan	55.200
Coréia do Sul	32.500
México	5.500
Brasil	4.900
China	4.300
Índia	1.000

Fontes: Economist Intelligence Unit e cálculos do autor

A vantagem comparativa chinesa em mão-de-obra é tão profunda que freqüentemente fabricantes atingem seu mais baixo custo operacional substituindo maquinário e tecnologia por trabalhadores. Esse é exatamente o oposto do ocorrido nas economias da OCDE nos últimos 40 anos, quando maiores níveis salariais estimularam a introdução de tecnologias e inovações redutoras de custos. A fábrica do Toyota Camry em Guangzhou, dentro do mais moderno aparato automobilístico chinês, é 50% automatizada. Uma planta similar no Japão seria 95% automatizada.

A oferta de mão-de-obra na China não é infinita: os salários sobem rapidamente tanto para trabalhadores qualificados quanto para os pouco qualificados. Porém, na comparação com os Estados Unidos, a mão-de-obra é ainda barata (US\$1,40/hora para trabalhadores urbanos, em média). Em setores nos quais a mão-de-obra pouco qualificada é determinante para o custo dos produtos, a produção continuará a migrar para China. Mas em indústrias nas quais a mão-de-obra não é o principal determinante na formação dos custos, a tendência aponta para a substituição de trabalho por tecnologia, o que é uma má notícia para os produtores chineses.

Capital desperdiçado e violações de patentes

O famoso mau uso do capital na China também coloca o país dramaticamente à margem das economias avançadas. Os mercados de capitais têm um papel disciplinador ao orientar a alocação de ativos em direção à maior produtividade. Quem financia um investimento contribui frequentemente não só com dinheiro, mas também com habilidades e oportunidades para o negócio e, assim, aumenta seus retornos. Subsídios governamentais podem ajudar em estágios de desenvolvimento imaturos, mas não são substitutos no longo prazo.

O governo chinês compreende apenas vagamente a magnitude da desvantagem imposta a um país que tem um mercado de capitais primitivo. Recentemente, um funcionário do mercado acionário chinês observou que alguns líderes do país acreditam que a China tem se saído muito bem sem um mercado de capitais eficiente, e deveria estar feliz em terceirizar aos mercados estrangeiros a tarefa de levantar dinheiro. Esse pensamento é falho. A China não será capaz de dar o próximo passo em direção à maturidade econômica sem uma melhor infra-estrutura financeira. Com pouco consenso sobre a necessidade de reforma financeira, os líderes chineses têm pouca escolha a não ser permitir que firmas estrangeiras ajudem a prover o crescimento chinês. Firms estrangeiras, que incorporaram a necessidade de eficiência após décadas de sofrimento e custos altos, superarão as concorrentes chinesas nos setores intensivos em capital. O capital subsidiado pode em parte contrabalançar a necessidade de eficiência de capital, mas apenas para uma minoria das firmas.

Em outro fator chave, a tecnologia, a China fez um belo esforço de evolução. Mas parte de uma imensa desvantagem. A base de patentes na qual se apóiam empresas chinesas é minúscula se comparada à base das economias avançadas. Em 2004, a China (com população de 1,3 bilhão) recebeu 404 patentes norte-americanas por inovação, contra 953 da Austrália (população de 20 milhões) e quase 6 mil recebidas por Taiwan (população de 23 milhões). O desempenho chinês no campo das patentes equivale ao de Vermont, um pequeno estado agrícola norte-americano (tabela 2). Além disso, as empresas chinesas exploram de maneira ineficiente a tecnologia que possuem: tendem a preferir diversificação de produção a se aprimorar em nichos lucrativos e tecnologias específicas. George Gilboy, do MIT, estima que, para cada US\$ 10 que a China gasta ao adquirir tecnologia, apenas US\$ 1 é gasto em sua apredizagem. Em sua era ascendente, o Japão gastava US\$ 10 em aprendizado para cada dólar gasto em aquisição tecnológica.

Patentes americanas por país ou estado receptor em 2004	
Japão	35.350
Alemanha	10.779
Taiwan	5.938
Coréia do Sul	4.428
Reino Unido	3.450
França	3.380
Austrália	953
Cingapura	449
Kentuky	407
China	404
Vermont	400
Índia	363

Fontes: Escritório de Patentes e Marcas Comerciais dos EUA

Igualdade sobre inovação

Como resultado, as empresas chinesas têm pior desempenho em setores intensivos em tecnologia. O governo tem buscado resolver esse deficit através de políticas de promoção de “inovação independente” (zizhu chuangxin). No entanto, inovação depende de uma mistura entre fatores institucionais e culturais, e conseguir essa mistura é uma tarefa colossal. Não há garantias legais

ou práticas de recompensa para o inovador, e o sistema educacional é impregnado pela cultura da hierarquia e memorização. Mais ainda, a política de inovação confronta-se com outra prioridade política: nivelar desigualdades de renda. É provável que, por razões políticas, as políticas igualitárias sejam preferidas, o que significa que o governo reduzirá ganhos individuais que investidores possam obter com “gols” tecnológicos.

A escassez chinesa de inovação para uso eficiente dos recursos gera um déficit crucial em outro fator: o meio ambiente. Esse é geralmente visto como uma externalidade, ao invés de um fator de produção. Mas a ausência de um meio ambiente decente torna a produção difícil ou impossível e, sendo assim, pode-se considerá-lo um fator de produção “oculto”, cujo valor torna-se óbvio em sua ausência. O alto custo ambiental sobre a produção chinesa começa a ser mensurável. Fotografias recentes de satélites revelam que a poluição industrial afeta cerca de três quartos do total de terras cultiváveis da China.

Muitos norte-americanos e europeus encaram a fraqueza na regulação ambiental chinesa como uma vantagem competitiva para suas firmas, que escapam de altos custos de cumprimento da lei. Esse raciocínio é válido até que a degradação ambiental e o uso excessivo dos recursos tornem-se tão severos que usurpem o crescimento. A partir desse ponto, o *know-how* sobre questões ambientais das empresas ocidentais tornar-se-á uma vantagem comparativa (tabela 3). Esse dia pode estar mais próximo do que se imagina. Os países tendem a tratar com seriedade o problema da devastação ambiental quando a renda sobe para níveis médios (cerca de US\$ 6.000 per capita). Boa parte da área urbana costeira da China já está perto desse nível e, para um contingente substancial de chineses, tal patamar deve ser atingido dentro de quinze anos.

Exportações de tecnologia ambiental dos Estados Unidos para a China em 2005	
Em US\$ milhões, exceto quando indicado	
Monitoramento e Análises	978
Gestão de Recursos Hídricos	516
Controle de Poluição do Ar	95
Coleta e Tratamento de Lixo Perigoso	70
Administração de Energia e Aquecimento	41
Energias Renováveis	23
Outros Tipos de Reciclagem	21
Tratamento de Água Potável	11
Total de Tecnologia Ambiental	1.755
% das Exportações Totais Americanas para China	4,2
Crescimento Médio do Total Exportado em Tecnologia Ambiental, de 1996 a 2005 (var.%)	19,8
Crescimento Médio do Total Exportado, de 1996 a 2005 (var.%)	14,9

Fonte: Comissão Americana de Comércio Internacional

II. Lei e governança: deficits por toda parte

Com tanto debate entre os membros da OCDE sobre a diminuição do papel do Estado, redução de tributos e emancipação do setor privado, pode-se pensar que a economia mais sofisticada seria aquela com menor participação do governo. Não exatamente. A sofisticação da economia depende especialmente de um arranjo de serviços e tarefas que podem ser executados somente pelo governo, mas para os quais temos tanta certeza de sua importância no ocidente que até mesmo esquecemos de considerá-los. Estão incluídos nesse pacote a regulação dos mercados financeiros, a proteção ao consumidor, a proteção ao meio ambiente, a seguridade social e as regras para construção civil.

A China de 1978 dispunha muito pouco de um governo atuante nestas áreas relevantes, apesar da interferência excessiva do governo chinês nos mercados e na vida dos cidadãos. O crescimento chinês no último quarto de século baseou-se largamente em retirar a presença do governo de mercados e de deci-

sões individuais de consumo. O crescimento no próximo quarto de século demandará uma postura reguladora mais ativa e pró-competitiva por parte do governo, tarefa muito mais desafiadora do que simplesmente diminuir o escopo de sua atuação. Enquanto essa evolução institucional toma forma (ao longo das próximas três décadas), as empresas chinesas permanecerão menos eficientes do que empresas reguladas por regimes governamentais sofisticados que estimulam a competitividade. Por exemplo, empresas norte-americanas aprenderam a tratar de questões relativas à segurança no trabalho a um custo mínimo. Essa vantagem comparativa latente das empresas ocidentais entrará em evidência na medida em que a renda na China cresça e aumente a demanda do trabalhador por segurança.

Ame aqueles advogados

A vantagem econômica de um sistema legal consistente repousa sobre uma expressão: custos de transação menores. O primeiro-ministro britânico David Lloyd George resumiu muito bem o poder dos contratos ao escrever: “Já vi vários deles: de baixa qualidade, amassados, manchados e desordenados. Mesmo assim, esses míseros pedaços de papel moveram grandes cargueiros, cobertos por milhares de toneladas de carga valiosa, de um canto a outro do mundo”.

O baixo custo de mão-de-obra e o alto crescimento da produtividade omitem o alto custo de transações para se fazer um negócio na China. À medida que os custos com trabalhadores sobem e ganhos de produtividade retornam à média mundial, custos transacionais serão revelados. A China caminha em direção a uma reforma legal, mas não alcançará nas próximas décadas a qualidade jurídica dos países da OCDE. Nichos de adequação existem, mas não propiciam proteção em âmbito nacional, pré-requisito para economias de escala. Em geral, a “vantagem” da qual empresas chinesas valem-se, por operar em ambiente de baixos custos de adequação à lei, torna-se uma esmagadora sobrecarga quando essas empresas passam para regimes nos quais tais custos são altos. Quando uma empresa norte-americana entra em um novo mercado, seja na Europa ou na China, seus novos custos de adequação às leis são um acréscimo modesto em suas altas despesas legais. Quando uma empresa chinesa, sem departamento jurídico, sai da China para operar nos Estados Unidos, enfrenta custos totalmente novos para fazer negócio, e precisa de certo tempo até desenvolver o hábito de lidar com os advogados.

Um componente que merece atenção especial em um sistema jurídico maduro é a política concorrencial. O objetivo geral de tal política é regular a competição no mercado de tal forma que o bem-estar (seja lá como definido) seja maximizado. E uma política concorrencial efetiva é essencial para garantir que as empresas tenham sucesso com base na qualidade e não no lucro rápido justificado unicamente pela desregulação ou ausência de competição. A China ainda não possui uma lei que regule a competição.

Mudança política à vista

Mesmo após a promulgação da primeira lei concorrencial (nos próximos um ou dois anos), levar-se-á mais uma década ou duas para que um sistema completo de regulação da concorrência seja desenvolvido. Enquanto isso, o abuso de poder de mercado pelos agentes de maior peso na China (muitos deles estatais), a falta de distinção entre empresas e agentes reguladores, as barreiras comerciais entre províncias e a inexistência do bem-estar do consumidor irão prejudicar a economia. O recém-formado setor privado chinês carrega o peso dessa deficiência. Barreiras à entrada criadas por grandes monopólios e rivalidades regionais impedem a dezenas de milhares de empresas atingir um tamanho que lhes garanta economias de escala e vantagens comparativas intrínsecas.

Outra questão acerca da governança é o risco de instabilidade no processo de reforma política. O atual sistema de partido único foi adequado para tirar o país da pobreza e levá-lo ao crescimento acelerado e sustentado. Mas não será mais adequado para uma nação maior, diversa e de cidadãos sofisticados, onde a renda per capita se aproxima de US\$ 10.000.

Não se sabe exatamente como a reforma política se desenrolará. Mas a certeza de que algum tipo de reforma política deve ocorrer, combinada à incerteza sobre os moldes dessa reforma, significa dizer que o risco político será um grande custo implícito para empresas chinesas frente a concorrentes que operam em economias mais estáveis. Apesar de se tratar de fator mais aplicável ao longo prazo (acredito que o período de maior risco será entre 2015-25), trata-se de uma faísca não muito longe do barril de pólvora e que não pode ser desprezada mesmo hoje.

III. Questões comerciais

Um último grupo de desvantagens relaciona-se mais estreitamente com a maneira pela qual as empresas chinesas se organizam e operam. Uma dessas desvantagens atinge a China em um setor no qual ela agora parece forte: a indústria. Isso se deve à compressão das margens. A margem de lucro nos produtos finais está diminuindo para os fabricantes, não só na China como em todo lugar. Uma das razões é a crescente abundância de trabalhadores de baixa qualificação na China, Índia, Vietnã, América Latina e talvez em breve na África. Mão-de-obra é abundante, mas matérias-primas e talentos criativos são escassos. Dessa forma, os lucros em economias intensivas em mão-de-obra, como a China, têm se comprimido, ao passo que em economias intensivas em *commodities* ou criatividade eles têm se elevado. Com o tempo, a China pode dar conta desses problemas adquirindo o controle sobre as fontes de matérias-primas, deslocando-se para cima na cadeia produtiva por meio de inovações ou deslocando-se para baixo, buscando consumidores no exterior. Mas são esforços caros e que levam décadas.

Um segundo obstáculo operacional para empresas chinesas é o significativo desincentivo ao pleno uso de tecnologia da informação (TI). Nos últimos anos, metade do aumento de produtividade em vários países da OCDE deveu-se ao uso de ferramentas de TI, como o sistema de planejamento de recursos da empresa (ERP, sigla em inglês). Em geral, empresas chinesas são entusiastas da tecnologia, mas resistem aos sistemas ERP porque eles tornam seus dados financeiros mais transparentes aos controladores, administradores, parceiros de *joint ventures* e, claro, ao fisco. Muitas empresas chinesas são “alérgicas” à transparência, e estão satisfeitas em abdicar dos benefícios da TI na produtividade para manterem seus emaranhados de contas. Algumas adotam sistemas ERP para elevar o preço de suas ações pouco antes de realizarem uma oferta primária de ações em bolsa, e os abandonam depois. Empresas que evitam soluções de TI por causa de verdades indesejáveis são como as pessoas do filme *The Matrix*, que tomam a “pílula azul” para não saberem a realidade. E tal atitude é um convite ao baixo desempenho.

Lá fora não é em casa

Outra série de desvantagens aplica-se às empresas chinesas (várias delas estatais) que seguem a incitação do governo de “lançarem-se mundo afora” e se internacionalizarem. O maior problema, como já dito, é que se torna difícil e custoso sair de um ambiente de baixa regulação para um de alta regulação. Essa desvantagem perdurará enquanto a China permanecer pouco regulada em comparação às economias ricas, ou seja, por muito, muito tempo. Aspectos culturais também exercem certo papel. Por alguma razão, empresas geridas por chineses étnicos (originários de Hong Kong, Taiwan, Cingapura e do sudeste asiático) não foram muito bem sucedidas ao realizar negócios em mercados ocidentais, mesmo sendo bem-sucedidas em seus mercados domésticos. Os asiáticos geralmente contam com vários tipos de intermediários. Ainda é preciso aguardar para saber se as empresas da China continental irão se sair melhor.

Uma última desvantagem na moderna economia global é a enraizada relutância em se avaliar corretamente os bens intangíveis. Cerca de 80% da economia norte-americana é movida por serviços. A fração “intangível” da economia norte-americana (US\$ 10 trilhões) é quatro vezes o tamanho da economia chinesa inteira (tabela 4). A indústria chinesa carrega uma antiga rejeição aos serviços intangíveis, possivelmente porque o pagamento por um serviço não produz algo que se possa mostrar ao chefe, sendo tradicionalmente encarado como suborno ou qualquer atividade improdutiva.

Composição do PIB em diversos países, em 2005

Países	PIB	Agricultura		Indústria		Serviços	
	Em US\$ bi	Em US\$ bi	Em (%)	Em US\$ bi	Em (%)	Em US\$ bi	Em (%)
França	2.125	47	2,2	444	20,9	1.633	76,9
Reino Unido	2.229	23	1,0	584	26,2	1.620	72,7
China	2.267	282	12,5	1.070	47,3	911	40,3
Alemanha	2.797	25	0,9	829	29,6	1.944	69,5
Japão	4.560	78	1,7	1.177	25,8	3.306	72,5
Estados Unidos	12.487	119	1,0	2.543	20,4	9.825	78,7

Fontes: Economist Intelligence Unit e FMI

Empresas norte-americanas e européias aceitam quase universalmente a idéia de que serviços intangíveis lhes rendem lucros. Empresas chinesas ainda não. Compradores de bens de capital na China tendem a rejeitar contratos de prestação de serviços, e assumem que podem eles mesmos fazer seu próprio serviço. Esta tendência recai sobre marketing, publicidade, criação de marca e controle de qualidade, todos serviços essenciais para orientação do consumidor e para o alcance de margens de lucro maiores em mercados externos. Implementar e administrar esses serviços na vida operacional de uma empresa não é simples. Na verdade, é a tarefa primordial para uma multinacional, já que a atividade manufatureira em si torna-se um processo de pequena margem. Empresas chinesas levarão uma década ou mais para mudar seu pensamento sobre essas questões.

IV. Conclusão

O objetivo de citar esta longa relação de falhas não é menosprezar, ou mesmo obscurecer, o enorme progresso econômico chinês nas duas últimas décadas, e tampouco minimizar o desafio competitivo imposto pelas empresas chinesas ao mundo. Trata-se simplesmente de uma ferramenta para identificar oportunidades para empresas que tenham interesse em investir na China. Minha análise sugere que há oportunidades cada vez maiores nos setores de finanças e de serviços, e em tecnologias que promovam a maximização da eficiência dos recursos e do meio ambiente. Desta análise, é possível apreender o valor, em todos os setores, da tomada de decisões baseadas em informação e do foco nas necessidades dos consumidores.

O primeiro passo para a competitividade efetiva é ter um diagnóstico correto dos seus competidores. No ocidente, políticos e estudiosos espalham diagnósticos distorcidos como:

- o câmbio desvalorizado é a raiz da competitividade chinesa;
- a mão-de-obra na China será virtualmente livre para sempre, e, sendo assim, a atividade manufatureira em qualquer outro lugar será extinta.
- o desenvolvimento econômico chinês é guiado por uma bem calibrada máquina de políticas industriais, assim como foi com Japão e Coreia do Sul no passado;
- a China é antiimportação e essencialmente protecionista.

Como essa análise sugere, todas essas idéias são erradas e, em muitos casos, o que parece ser uma vantagem da China – regulação ambiental frouxa e abundante mão-de-obra barata – acaba se mostrando uma desvantagem crucial. Empresários chineses lutam todos os dias com as desvantagens aqui apresentadas. Para executivos de diversas empresas ocidentais, o maior empecilho para tirar vantagem do crescimento chinês parece ser aquele criado em suas próprias cabeças.

Reprodução autorizada de artigo da Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 01.10.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração do conteúdo original.

Aviação I

AVIC I prepara avião concorrente da Embraer

A China Aviation Industry Corporation I (AVIC I) deverá obter, em 2007, certificação do governo chinês para fabricar o avião regional ARJ21. Acredita-se que o avião iniciará operações comerciais em 2008. Segundo nota da *Gazeta Mercantil*, o ARJ21 será capaz de competir com modelos da Embraer e da Bombardier. A aeronave terá capacidade entre 70 e 110 passageiros.

Comércio bilateral

Importações de bens duráveis da China duplicam no 3º trimestre

Setenta contêineres de eletrodomésticos portáteis vindos da China foram encomendados pela fabricante de fogões, coifas e exaustores Suggar. Os produtos importados pela empresa custarão entre 35% e 40% a menos do que se fossem produzidos no Brasil, informou a empresa. A importação brasileira de eletrodomésticos portáteis no terceiro trimestre de 2006 foi 93% maior do que no mesmo período do ano passado, enquanto que as exportações brasileiras caíram 12% no terceiro trimestre em relação a igual período em 2005.

Desenvolvimento

Brasil receberá escritório de banco de fomento chinês

O China Development Bank (banco de fomento da China) anunciou que pretende instalar um escritório no Brasil ainda este ano. O anúncio foi realizado pelo presidente da instituição durante visita da delegação do banco a uma mina da Companhia Vale do Rio Doce, em companhia do Secretário Executivo do CEBEC. O local escolhido deverá ser São Paulo.

Sistema financeiro

Maior banco chinês realiza maior IPO da história

O Banco da Indústria e Comércio da China, maior banco do país, concluiu, no fim de outubro, a maior oferta pública inicial de ações já registrada no mundo. Com o lançamento de seus IPOs (Oferta Pública Inicial, na sigla em inglês), o banco captou US\$ 19,1 bilhões. O recorde anterior para esse tipo de operação, de US\$ 18,4 bilhões, havia sido registrado em 1998 pela japonesa NTT DoCoMo, operadora de telefonia celular.

Em um ano, três dos quatro grandes bancos chineses venderam com sucesso suas ações em mercados acionários. Além de ajudá-los na sua inserção no moderno sistema financeiro mundial, o lançamento de IPOs exige uma postura corporativa mais transparente dessas instituições, que cada vez menos têm suas diretrizes deliberadamente traçadas por políticas do governo central.

De forma inédita, as ações do Banco da Indústria e Comércio da China foram lançadas simultaneamente nas bolsas de Hong Kong e Xangai, onde registraram, na estréia, altas de 15% e 5,1%, respectivamente. O banco possui 150 milhões de clientes. Com o crescimento da classe média, o mercado de varejo e a venda de produtos como cartões de crédito tornam-se cada vez mais atraentes para o setor bancário.

Aviação II

Empresa de aluguel e *leasing* compra 150 aviões da Airbus

A China Aviation Supplies Import and Export Group Corporation (CASGC), maior empresa de aluguel e *leasing* de aviões na China, irá adquirir 150 aviões modelo A320, fabricado pela Airbus. O acordo, assinado em outubro, veio acompanhado de uma carta de intenções para a aquisição de outros 20 aviões modelo A350XWB. Os valores da transação não foram divulgados.

Indústria

Divisão de aquisições da IBM é transferida para Shenzhen

O diretor de aquisições da IBM, John Paterson, anunciou a transferência de seu departamento para a Zona Econômica Especial de Shenzhen. É a primeira vez que um departamento da IBM transfere-se da matriz para abrir uma unidade global fora dos Estados Unidos. A companhia já vendera sua divisão de PCs para a Lenovo no final de 2004 e a de discos rígidos para a Hitachi. Segundo informações da IBM, 30% dos US\$ 40 bilhões de seu orçamento anual de aquisições são gastos com compras na Ásia.

Comércio exterior I

Caem as importações agrícolas chinesas definidas por cota

As importações chinesas de produtos agrícolas limitados por cotas caíram em 2005. A notificação apresentada pela China na Organização Mundial do Comércio, em relação ao sistema de cotas que adotou como parte das concessões que fez para entrar na OMC, demonstra que o país asiático importou menos óleo de soja, arroz, trigo e canola do que previsto nas cotas. As compras de óleo de soja, por exemplo, caíram aproximadamente 30% de 2004 para 2005. O volume fixado pela cota foi de 3,59 milhões de toneladas, ao passo que a importação em 2005 foi de 1,69 milhão. A única cota excedida foi a de algodão, explicada pela expansão da indústria têxtil chinesa.

Legislação

Governo aprova lei de combate à lavagem de dinheiro

Governo chinês aprovou primeira legislação de combate à lavagem de dinheiro no país em outubro, após um ano de negociação. A nova lei, que entrará em vigor em janeiro de 2007, define a atividade ilícita e inclui também suborno e fraude financeira. O Fundo Monetário Internacional estima que US\$ 24 bilhões estão envolvidos em operações de lavagem de dinheiro na China.

Setor automotivo

Autopeças levam China à OMC

Organização Mundial do Comércio (OMC) aceitou investigar queixa apresentada por Canadá, Estados Unidos e União Européia contra impostos aduaneiros cobrados pelo governo chinês sobre autopeças importadas. Desde a entrada na instituição, em 2001, é primeira vez que a China será julgada na OMC.

Comércio exterior II

Governo chinês altera tarifas de exportação e importação

O Ministério de Finanças da China elevou em 15% as tarifas de exportação sobre níquel, alumínio e cobre. Tarifas sobre petróleo, carvão e coque exportados também sofreram aumento, mas de 5%. Já tarifas de importação sobre carvão, petróleo refinado e alumina foram reduzidas em até 3%.

Relações bilaterais

Fórum de cooperação sino-africano promove novos contratos e mais ajuda financeira da China à África

O presidente chinês, Hu Jintao, declarou que a China irá conceder novos créditos e empréstimos de longo prazo para os países africanos no valor de US\$ 5 bilhões, bem como dobrar a ajuda financeira à região até 2009. O anúncio foi realizado durante o terceiro encontro do Fórum de Cooperação Sino-Africano (FOCAC), realizado em Pequim no início de novembro.

No encontro, também foram assinados 16 contratos nos setores de telecomunicações, infra-estrutura, exploração de recursos naturais, bancário e de segu-

ros, avaliados em US\$ 1,9 bilhão. A maior parceria firmada foi um contrato de exploração e produção de alumínio no Egito, no valor de US\$ 938 milhões. No pacote de acordos também está incluída a construção de uma unidade de produção de cimento em Cabo Verde, avaliada em US\$ 55 milhões.

O encontro reuniu líderes políticos da China e de 48 países africanos. Criado em 2000, o FOCAC tem como objetivo aprimorar o relacionamento sino-africano por meio da cooperação econômica e social.

Governo chinês

Partido Comunista divulga comprometimento com harmonia social

Os 247 membros do Comitê Central do Partido Comunista da China que estiveram presentes na 6ª sessão plenária do Partido emitiram um comunicado de comprometimento do governo com a harmonia social do país. Para analistas políticos, chamou atenção o foco dado ao desenvolvimento social em detrimento dos aspectos político-econômicos. A reunião também confirmou a data para o 17º Congresso Nacional do Partido, que será no segundo semestre de 2007 em Pequim, e no qual se espera um fortalecimento da liderança política do atual presidente, Hu Jintao, dentro do Partido Comunista.

Direitos Humanos

China aprova nova legislação de pena de morte

Governo chinês aprovou lei que determina que somente o mais alto tribunal do país, a Suprema Corte do Povo, poderá autorizar a pena de morte. A medida visa a reduzir o número de condenações, que até então estavam sob decisão de tribunais locais. De acordo com a legislação do país, aproximadamente 60 delitos estão sujeitos à pena de morte. Em 2005, a China foi o país com o maior número de sentenciados à morte, com 1.770 pessoas executadas.

Macroeconomia

Reservas chinesas chegam a US\$ 1 trilhão

Após ultrapassar as reservas cambiais do Japão em fevereiro de 2006, as reservas chinesas chegaram à marca do US\$ 1 trilhão no final de outubro. O superavit da conta corrente, o influxo de investimento estrangeiro direto e o capital especulativo são fatores para tal recorde. As reservas são uma precaução contra uma crise financeira, dado o precário sistema financeiro do país, e um veículo para a manutenção do câmbio desvalorizado frente ao fluxo de IED e capital especulativo. A notícia poderá gerar novos atritos com os Estados Unidos em função da pressão norte-americana para que o governo chinês valorize sua moeda. O volume total das reservas representa cerca de 40% do PIB da China estimado para este ano.

Silicone

China será a terceira fabricante mundial de silicone

A BlueStar, subsidiária da estatal chinesa ChemChina Group Corporation, irá adquirir a divisão mundial de silicone da francesa Rhodia por US\$ 512 milhões. O contrato inclui a unidade brasileira da empresa, localizada em Santo André (SP), que em 2005 respondeu por cerca de 2% do faturamento total da Rhodia, de US\$ 935 milhões. A ChemChina é a maior indústria química do país e, em 2005, registrou faturamento de US\$ 3,75 bilhões. Com a aquisição, a empresa será a terceira maior fabricante mundial de silicone.

Energia

China aumentará produção de etileno

A China Petroleum and Chemical Corporation (Sinopec) iniciou construção de nova planta de etileno, com capacidade produtiva de um milhão de toneladas

anuais, na zona industrial de Hangzhou, província de Zhejiang. O projeto, com término previsto para 2009, custará US\$ 2,8 bilhões de dólares. A China é o segundo maior produtor mundial de etileno e, em 2005, produziu 7,5 milhões de toneladas do produto.

Comércio exterior III

União Européia sobretaxa calçados de China e Vietnã

A União Européia aprovou a imposição de tarifas sobre calçados chineses e vietnamitas, de 16,5% e 10%, respectivamente, a fim de conter as importações do produto. A medida, que vigorará durante os próximos dois anos, foi acordada pouco antes do término das tarifas temporárias européias sobre calçados originários desses países, aplicadas desde abril de 2006.

Em 2005, a China exportou para a União Européia 1,25 bilhão de pares de calçados, metade do montante consumido na região durante o ano. Entre 2001 e 2005, as importações européias de sapatos de couro originários da China cresceram cerca de 1.000%, enquanto os preços registraram queda de 28% no mesmo período.

Móveis

China é o maior fornecedor mundial de móveis

A China detém 33% do mercado europeu de móveis e 43% das importações norte-americanas do produto, conforme divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Os números indicam que o país ultrapassou a Itália, tradicional fornecedor mundial. A China é o segundo maior importador mundial de madeira, atrás apenas dos Estados Unidos, uma vez que suas reservas florestais não são suficientes nem mesmo para abastecer a demanda interna por móveis.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel

Isabela Nogueira

Estagiários: Bruno Amaral, Marla Naumann, Patrícia Siniscalchi e Zaira Lanna

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360° – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br